



APDSI apresenta novos resultados para a acessibilidade web em Portugal

Lisboa, 20 de julho de 2012 – A banca e a educação são dois setores da sociedade ainda pouco sensíveis à questão da acessibilidade web. Este foi um dos resultados do mais recente estudo do Grupo Permanente de Negócio Eletrónico (GNE) da APDSI, apresentado ontem no Porto.

De acordo com o Professor Ramiro Gonçalves, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e um dos responsáveis por este estudo do GNE, “o número de erros no setor da banca em 2011 é arrasadoramente alto. Há apenas um ou outro exemplo onde é possível as entidades estarem próximas de um nível mínimo de acessibilidade. Ficámos surpresos com estes números”. Já no setor da educação, cujo estudo se baseou no ranking das melhores escolas secundárias portuguesas (feito apenas na primeira página), “a situação não é nada boa. Encontramos cerca de uma centena de erros por página”, refere Ramiro Gonçalves.

Segundo os autores do estudo, quando confrontadas com a sua fraca acessibilidade, **a maior parte das empresas não demonstra preocupação em melhorar esses resultados** em parte porque “muitas plataformas web são contratadas em outsourcing o que dilui a sua responsabilidade. Esta preocupação com a acessibilidade pode até estar contratada mas nem sempre é desenvolvida”, esclarecem, justificando que “o grosso do problema está na maior parte dos casos na falta de informação. É preciso insistir, tentar dizer às pessoas que é possível incorporar melhorias na acessibilidade web embora saibamos que é algo que não se vai resolver de um dia para o outro”. Premiar as empresas que adotam um comportamento mais correto foi uma das sugestões do GNE para inverter esta tendência nos próximos tempos.

Nesta sessão de apresentação foi feita, também, uma atualização dos resultados da acessibilidade Web das mil maiores empresas em Portugal, onde se nota uma melhoria apenas no nível mais básico de satisfação de necessidades dos cidadãos com deficiência. Desde 2007 que o GNE estuda o comportamento das mil maiores empresas portuguesas em volume de negócio e de mil pequenas e médias empresas nacionais mais ativas. Apesar de melhorias nos níveis de acessibilidade de 2010 quando comparados com 2008, os casos de sucesso ainda são pouco expressivos – apenas uma empresa garante o nível de acessibilidade triplo A e quatro asseguram o duplo A. A cada categoria

corresponde um nível de cumprimento de regras e princípios de acessibilidade web. No duplo A, por exemplo, há uma preocupação por parte do gestor da página web em evitar barreiras significativas no acesso dos utilizadores às informações contidas nos documentos.

Jorge Fernandes, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, fez referência à questão da acessibilidade web na administração pública, onde também se verificaram melhorias em 2011 quando comparados com o ano de 2009 os sítios na web de 15 ministérios. **No ensino superior os números ainda revelam falta de preocupação com a acessibilidade.** Tornar os pdfs mais acessíveis e haver maior cuidado com as questões de javascript são algumas das sugestões deixadas por Jorge Fernandes para melhorar os níveis de acessibilidade destas instituições “nomeadamente ao nível da página de entrada”. Por exemplo, 83% das páginas usam incorretamente a marcação de cabeçalhos e 70% dos controlos de formulário não têm uma etiqueta.

De lembrar que Portugal foi dos primeiros países da Europa a ter regras para a acessibilidade, tendo inclusivamente um significativo papel na difusão das mesmas pelos restantes estados membros. Em 1999 surgiram os primeiros impulsos legislativos nacionais.

Este workshop da APDSI esteve integrado numa iniciativa da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro que organizou a 4ª edição da conferência internacional “DSAI 2012 - Software Development for Enhancing Accessibility and Fighting Info-exclusion” cujo objetivo é contribuir com inovações em produtos e serviços de base tecnológica para pessoas com necessidades especiais e promoção de tecnologia acessível.

A acessibilidade tem em conta incapacidades visuais, auditivas, físicas, cognitivas, de linguagem, aprendizagem e neurológicas. Todas estas avaliações foram feitas segundo as normas WCAG 2.0 que garantem a inclusão na Sociedade da Informação, através da sua interação na web, dos cidadãos com um qualquer tipo de deficiência.

Os dados referentes a estes estudos estão disponíveis no sítio web da APDSI.



Sobre a APDSI

Criada em 2001, a APDSI tem por objectivo a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e Conhecimento em Portugal, reunindo com este interesse comum indivíduos e empresas. Na linha destes propósitos a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação tem vindo a desenvolver diversas actividades, onde se destacam uma série de estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares sobre os vários temas da actualidade na Sociedade da Informação, nomeadamente Administração Pública, Aprendizagem, Justiça, Saúde, Educação, Comércio e Negócio Electrónicos. Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interacções entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e eficaz implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o Estatuto de Utilidade Pública e foi considerada em 2009 ONGD.

Para mais informações contacte:

Rua Alexandre Cabral, n.º 2C – Loja A

1600-803 Lisboa

Tel.: 217 510 762

Fax: 217 570 516

E-mail: secretariado@apdsi.pt

URL: <http://www.apdsi.pt>

Facebook: <http://www.facebook.com/apdsi.portugal>

20 de julho de 2012

APDSI apresenta novos resultados para a acessibilidade web em Portugal